

MONITORAÇÃO ELETRÔNICA NO CEARÁ: EXPANSÃO, CONTROLE PENAL E DESAFIOS DE GOVERNANÇA

Maria Júlia Duarte De Castro Pereira (Ic-Unilab)¹

Silviana Fernandes Mariz (Co-Orientadora)²

Maria Gabriela De Souza Feitosa (Ic-Unilab)³

Francisco Thiago Rocha Vasconcelos (Orientador)⁴

RESUMO

A pesquisa investigou a política de monitoração eletrônica por tornozeleira no Ceará, buscando compreender suas dimensões sociais, institucionais e subjetivas e analisar seus limites e possibilidades como alternativa ao encarceramento. A investigação combinou revisão bibliográfica, levantamento e análise de documentos e dados institucionais, com destaque para o Relatório de 10 anos da implantação da Coordenadoria de Alternativas Penais (COAP), e pesquisa qualitativa, incluindo entrevista semiestruturada com uma advogada e pesquisadora da área penal. A pesquisa aplicou análise discursivo-temática ao material da entrevista, desenvolvendo um modelo inicial de categorias e um codebook para sistematizar análises posteriores. Como resultados, os dados indicam forte expansão da monitoração eletrônica no estado, passando de 7.101 pessoas monitoradas em 2021 para 10.337 no primeiro semestre de 2025. Nesse período, a população em regime fechado alcançou 23.832 pessoas e a população penal total chegou a 39.995, maior marca histórica. Embora a população em regime fechado permaneça abaixo dos 29.175 internos registrados em 2019, seu crescimento desde 2023, simultâneo à expansão da monitoração, sugere que a política também opera como mecanismo de gestão da escassez de vagas prisionais. Tal dinâmica se expressa no chamado “semiaberto harmonizado”. Nesse contexto, pessoas que cumpririam o regime semiaberto em unidades prisionais passam a cumprir a pena no território sob monitoração, o que desloca o sentido da tornozeleira de uma alternativa ao cárcere para um mecanismo de reorganização do controle penal. A análise evidencia uma tensão entre a redução da exposição ao encarceramento e a permanência de exigências de vigilância e controle, em meio à precariedade do acompanhamento e à insegurança vivenciada pelos monitorados diante da possibilidade de retorno à prisão, inclusive em situações de falha do equipamento. A entrevista destacou ainda o estigma da tornozeleira, as condições materiais de vida dos monitorados, estratégias de burlar as regras de monitoração e a insuficiência do acompanhamento profissional, especialmente quanto aos assistentes sociais e psicólogos. A baixa descentralização da política e a limitada articulação entre justiça, administração penitenciária, segurança pública e políticas sociais constituem desafios centrais de governança. Conclui-se que a monitoração eletrônica apresenta caráter ambivalente, podendo reduzir a exposição ao cárcere, mas também pode manter formas de controle e de produção de insegurança e vulnerabilidade social, ao mesmo tempo em que os monitorados desenvolvem diferentes estratégias para lidar com as exigências da política. Não pode ser compreendida apenas como mecanismo alternativo, uma vez que seus efeitos dependem da capacidade institucional de acompanhamento e da articulação com outras políticas públicas.

Apoio Financeiro: Unilab

Grande Área do CNPq: Ciências Sociais Aplicadas

Em que medida contribui para a Diversidade, Inclusão e Transformação Social? Contribui ao evidenciar a necessidade de articular, nos casos pertinentes, a monitoração à garantia de direitos, ao acompanhamento multidisciplinar e às políticas sociais capazes de favorecer processos de inclusão e ressocialização. O próximo ciclo da pesquisa prevê entrevistas com profissionais das equipes multiprofissionais incluindo assistentes sociais, psicólogos e advogados, a fim de aprofundar a compreensão sobre o acompanhamento dos monitorados e os desafios de implementação da política.

Palavras-chave: monitoração eletrônica; controle penal; semiaberto harmonizado; Ceará.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Curso de Graduação em Serviço Social, Discente, majucastro@aluno.unilab.edu.br¹

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Humanidades, Docente, silviana_mariz@unilab.edu.br²

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Curso de Graduação em Serviço Social, Discente, maria.gabriela37142@gmail.com³

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Docente, fvasconcelos@unilab.edu.br⁴